



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

02 DE JULHO
HOTEL GLÓRIA
RIO DE JANEIRO-RJ
ENTREVISTA COLETIVA DO PRESI-
DENTE JOSÉ SARNEY, AOS CORRES-
PONDENTES ESTRANGEIROS

France Press:

O Brasil vai reatar com Cuba? Quando? Também queria perguntar: o tema de Cuba constitui assunto de segurança nacional como já falou o Presidente Tancredo Neves?

Presidente José Sarney:

O normal em matéria de relações internacionais é a existência de relações diplomáticas. O anormal é não ter relações diplomáticas. Devemos reconhecer que, quando o Brasil rompeu relações com Cuba, o cenário da América Latina era outro. Hoje, quase todos os países da América Latina têm relações diplomáticas com Cuba.

Logo que assumi o Governo, determinei ao Ministério das Relações Exteriores que estudasse o reatamento

de relações diplomáticas com Cuba e esse estudo está sendo feito e acredito que em breve estará concluído.

Quando o Presidente Tancredo falou que o problema tinha conotações de segurança nacional ele queria se referir ao fato de que, na nossa legislação, segundo as praxes que o País sempre adotou, teremos que ouvir o Conselho de Segurança Nacional. Mas nós estamos tendo em relação a Cuba contatos bem constantes no terreno do intercâmbio cultural, no terreno da troca de informações nos diversos órgãos internacionais dos quais nós participamos e, também, interesse em relações comerciais.

O mercado cubano tem demonstrado bastante interesse na compra de equipamento para usinas e refinarias de açúcar e destilarias que se referem ao álcool e nós acreditamos que esses estudos serão concluídos em breve e que o Governo estará em condições de dar uma decisão.

Por outro lado, temos recebido algumas delegações cubanas. Agora mesmo recebemos delegações de parlamentares de Cuba e os contatos com o Brasil têm sido feitos sem nenhuma maneira de preconceito. E é com esse enfoque, como um País maduro dentro de seus interesses, que o assunto está sendo encaminhado.

Daily Telegraph (Londres):

Vossa Excelência tem declarado várias vezes que não ia tolerar o revanchismo. Será que para não provocar esse revanchismo, tantos crimes aconteceram aqui no Brasil, como assassinatos, como bombas, como torturas, como esquadrões da morte, o pior aspecto leva ao caso

de Baumgarten. Durante sete semanas não se chegou a nenhum resultado positivo. Parece que ninguém era capaz de descobrir o endereço de dois coronéis envolvidos no caso, apesar de que eles trabalham ou trabalharam nas Embaixadas de Buenos Aires e Genebra. O Delegado Vásquez não entregou a carta precatória ao General Medeiros porque, como ele disse, não tinha dinheiro para comprar passagem para Manaus. Quando já tinha o dinheiro e a passagem na mão, recebeu todo surpreso notícias que o General Medeiros não esperou pela carta precatória e fez o seu depoimento à polícia local. O General Cruz continua jurando por Deus que nunca ouviu falar de Baumgarten. E os únicos presos até agora são alguns assassinos do jornalista Mário Eugênio, talvez porque os envolvidos eram gente muito humilde, sargentos e cabos. Só agora se sabe que não havia gente humilde envolvida. Há também um tenente que é filho de um general e um coronel que era Secretário de Segurança do DF. Será que todas essas morosidades e confusões podem se explicar pelo medo da Nova República de ser acusada de suposto revanchismo?

Presidente José Sarney:

O Governo tem definido a sua posição muito clara a respeito do revanchismo. Aliás essa definição remonta à campanha da Aliança Democrática, quando o Presidente Tancredo teve oportunidade de dizer tantas vezes que a anistia votada beneficiava as duas partes.

Agora, o que acontecer depois da anistia da parte do Governo, temos absoluto interesse em que nenhum

crime seja de qualquer modo não esclarecido. E nesse sentido eu posso até dizer que, no que se refere a Brasília, ao fato citado pelo Senhor, também tivemos alguns meses em que todos pensávamos que não chegássemos a desvendar o assassinato do jornalista Mário Eugênio. E, entretanto, descobrimos os culpados, que estão à disposição da justiça para a devida punição.

A dificuldade, a morosidade na descoberta de crimes eu acho que não é um fenômeno só da polícia carioca e eu tenho crença e esperança que também em relação ao caso Baumgarten ele seja totalmente elucidado, porque nesse sentido tem interesse a Nação e o próprio Governo.

UPI (Estados Unidos):

Existem mais ou menos 11 bilhões de dólares de juros a serem pagos na dívida externa este ano. Lembrando a sua promessa de rejeitar compromissos que aumentem o desemprego e a miséria para o povo brasileiro, queria perguntar se o Brasil pode pagar esta quantia ou vai pedir aos bancos credores a capitalização de uma parte dos juros. E se o Senhor realmente pretende pagar todos os juros pedidos pelos bancos. Qual seria a diferença fundamental entre a política de dívida externa deste governo e a da administração anterior?

Presidente José Sarney:

A sua pergunta realmente envolve vários aspectos, mas no fundo ela se dirige a uma só direção, que é real-

mente o problema da dívida externa. Quando eu afirmei que não aceitaríamos nenhuma solução para o problema da dívida externa que importasse na colocação do País na recessão, eu o fiz no interesse absoluto do País. Uma vez que a recessão significa desemprego, e o desemprego representa fome, problemas sociais, nesse sentido qualquer negociação em relação à dívida terá que ter alguns parâmetros:

Primeiro, não podemos assumir compromissos que o País não possa cumprir e, nesse sentido, temos tido absoluto cuidado nas negociações com os organismos internacionais;

Segundo, não aceitaremos nenhuma cláusula que represente uma abdicação da soberania do Brasil ou uma limitação dessa soberania; e

Terceiro, nenhuma fórmula de negociação pode representar para o nosso País uma maneira de substituição de atos do Governo ou de decisões do nosso Governo.

É nesse sentido que nós temos colocado o problema da dívida externa. Fomos fundadores do Fundo Monetário Internacional. É uma organização destinada a resolver problemas cambiais transitórios e, como toda negociação é difícil, nós esperamos, porque herdamos essa negociação, concluí-la, mas dentro desse parâmetro que nós traçamos, que o Governo do Brasil traçou. O nosso objetivo é jamais colocar o País na recessão. Acreditamos que, na América Latina, sem crescimento econômico, as instituições vivem sob permanente ameaça. Essas são as linhas gerais que eu poderia adiantar sobre a negociação da dívida.

UPI (Estados Unidos):

Desculpe, mas eu queria repetir a última parte da pergunta. Qual a diferença fundamental entre a política de dívida externa deste Governo e a da administração anterior?

Presidente José Sarney:

A diferença fundamental é que a política em relação à dívida externa deste Governo é voltada a não aceitar nenhuma submissão a qualquer organismo internacional que represente uma interferência na política que o Governo deseja traçar no sentido da retomada do desenvolvimento econômico dentro do País.

Reuters (Alemanha):

Senhor Presidente, o pacote econômico que está saindo esta semana, incluindo cortes nos gastos públicos e alterando o imposto de renda, vai diminuir a diferença entre o Brasil e o FMI? E se não for suficiente, o Brasil vai tentar convencer os bancos comerciais que o reescalonamento da dívida não deve depender de um acordo com o FMI?

Presidente José Sarney:

Não há pacote econômico. O que há é uma necessidade que o País tem de uma reorganização das suas contas internas. Todo o País sabe que nós temos um déficit da ordem de 105 trilhões de cruzeiros. Se nós não tiver-

mos recursos para fazer face a esse déficit, teremos inexoravelmente que emitir moeda e isso significa jogar o País numa inflação incontrolável. Daí a necessidade de algumas providências de cortes orçamentários drásticos, de algumas providências de natureza fiscal, para que se possa diminuir o déficit, para que tenhamos controle sobre a inflação.

Temos como prioridade, em primeiro lugar, o objetivo de combater a inflação, manter a inflação em níveis toleráveis sem prejuízo do nosso crescimento econômico. Nenhuma corrida de preços ou de salários com inflação até hoje no mundo inteiro teve sucesso. Se quisermos sempre atualizar, nessa corrida, salários e preços com a inflação, evidentemente ela foge ao nosso controle e é uma determinação do Governo, qualquer que seja a medida que ele tenha que tomar, de não permitir que a inflação venha a fugir dos seus absolutos controles. Daí porque essas medidas foram equacionadas e tomadas dentro do interesse nosso de combater a inflação e ao mesmo tempo exercer esse controle sobre a economia.

No caso de algumas medidas, algumas que estão sendo bastante criticadas, elas não foram ainda nem tomadas. E eu acho que algumas das críticas estão sendo feitas com bastante antecipação, porque o que o Governo está tentando fazer é avaliar a consequência de cada uma delas de modo a não perder aquela linha fundamental que também se traçou, de que todo o enfoque, todo o esforço, deve ser dado ao lado social de modo a não prejudicar de nenhuma maneira qualquer faixa de assalariados.

NBC (Estados Unidos):

O Senhor Presidente está preparado para o emprego eventual da força para a plena incrementação da reforma agrária no País?

Presidente José Sarney:

Eu acho que, basicamente, a reforma agrária visa a evitar a violência e não a estimular a violência, parta do Governo ou de áreas interessadas. O fundamental, além da justiça que a reforma agrária trará para o campo é que ela, sem dúvida, também se destina a evitar a violência no campo. Nós sabemos que, ao longo dos anos, têm sido construídos conflitos agrários em muitas áreas do Brasil e esses conflitos têm sido degenerados em violência.

Ao contrário, nós esperamos que não tenhamos que usar da força para implantação da reforma agrária e que a própria dinâmica da reforma agrária extinga com a violência no campo. Tanto que o **slogan** fundamental que foi lançado por nós no Congresso dos Trabalhadores Agrícolas foi de que a reforma agrária significava «paz na terra». Paz, aí, no sentido de uma reforma agrária democrática e pacífica.

DPA (Alemanha):

Senhor Presidente, na semana passada o contrato nuclear entre Brasil e Alemanha completou 10 anos. O plano inicial previa a construção de 8 usinas nucleares

até 1990. Agora parece que nenhuma dessas usinas será completada até essa data. Eu gostaria de saber que prioridade o Senhor está atribuindo a esse contrato e, especificamente, se o seu governo vai prosseguir com a construção da segunda usina que faz parte do contrato com a Alemanha?

Presidente José Sarney:

O programa nuclear brasileiro e, dentro dele, a parte relativa ao contrato com a Alemanha, em face das dificuldades que o País tem atravessado, está sujeita a algumas retificações de natureza estratégica. Além do mais, não temos condições, neste instante, de implementá-lo, uma vez que ele está incluído entre aqueles setores nos quais nós temos que fazer cortes bastante razoáveis.

Televisão Francesa:

O governo francês convidou, na semana passada, o Brasil para participar do projeto EURECA. E o mesmo governo elogiou a nova política brasileira. A seu convite, o Presidente Mitterrand vai viajar para o Brasil. Como o Senhor desejaria que ocorresse esse encontro, principalmente do ponto-de-vista político e econômico?

Presidente José Sarney:

O convite para a cooperação no projeto EURECA ainda foi uma manifestação de intenção de alguns seto-

res do governo francês. Sabemos que o projeto EURECA é uma resposta à Guerra nas Estrelas, de uma maneira pacífica. Eu espero que a visita do Presidente Mitterrand ao Brasil sirva para uma aproximação cada vez maior dos nossos povos e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de discutirmos alguns problemas que são do interesse comum da França e do Brasil, como o problema a que se refere à dívida externa, a sua peculiaridade em relação justamente aos credores europeus, ao Clube de Paris, e uma reflexão também sobre os problemas do mundo inteiro. Problemas da América Central, os problemas da paz mundial, do desarmamento, enfim, uma troca de opiniões entre dois países que maduramente desejam colocar a sua posição no cenário nacional.

NHK (Japão):

A minha pergunta será sobre a reforma agrária. A tensão na área rural fica cada vez maior, resultando muitas mortes. Até o Ministro Ribeiro recebeu ameaças. Nada dessas coisas muda a sua determinação de cumprir o plano prometido? E tem alguma medida mais concreta para conter mais a violência?

Presidente José Sarney:

A reforma agrária é irreversível. Ela não é somente uma decisão pessoal. Ela é um problema de consciência pessoal, uma vez que precisamos resgatar a grande dívida que temos em relação ao equilíbrio no setor fundiário do Brasil. E, como eu tive oportunidade de ressaltar,

acredito que a reforma agrária virá ajudar a solucionar esses conflitos, que são conflitos que existem em algumas áreas localizadas há muito tempo e que nós esperamos solucionar.

Evidentemente que ela será feita dentro da lei, do Estatuto da Terra, uma reforma agrária democrática, respeitando o direito individual, que é fundamental, que é o direito de propriedade, mas, ao mesmo tempo, fazendo com que a propriedade, na forma da Constituição brasileira, cumpra com a sua função social. O Japão é um grande exemplo do que a reforma agrária pôde fazer. Eu posso até fazer uma referência: da primeira vez o próprio Parlamento japonês recusou a proposta de reforma agrária. Isto provocou uma segunda proposta, uma segunda lei da reforma agrária. E, ao longo do tempo, ela foi capaz de transformar o Japão também numa potência agrícola.

NHK (Japão):

Senhor Presidente, qual a medida concreta para conter uma maior violência?

Presidente José Sarney:

Bom, eu acho que nesse momento os conflitos agrários que tivemos são conflitos que estão tendo uma longa duração e vêm sendo objeto de acompanhamento por parte do Governo. O próprio Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário está formando, neste momento, uma comissão que se destina justamente a solu-

cionar os conflitos que existem, através de negociação e de diálogo.

Business Week (Estados Unidos):

Senhor Presidente, o que pensa da recente proposta feita pelo Henry Kissinger de uma solução do tipo Plano Marshall para a crise da dívida na América Latina?

Presidente José Sarney:

Eu acho que é bastante significativo o fato de existirem algumas manifestações nos EUA no sentido de uma visão mais política e menos financeira do problema da dívida. Nesse sentido, essa declaração do Senhor Henry Kissinger, e também a do Vice-Diretor da Reserva Federal, Paul Martin, estimulam um debate sobre o problema da visão política da dívida externa.

Sabemos perfeitamente que a dívida externa tem dois patamares: um patamar que é financeiro, no que diz respeito à negociação com os nossos credores e, em grande parte, os nossos credores são bancos particulares. Mas isto não pode eximir cada um de nós de examinar o problema da dívida também sob o aspecto político. Teremos que verificar que o comércio internacional, com as barreiras protecionistas, ao mesmo tempo o comércio internacional fechando os mercados maiores de importação dos países em desenvolvimento, ele fecha qualquer condição de pagamento da dívida externa. Daí essa visão política. Eu acho que a dívida tem por outro lado os juros altos. As manifestações também pedem

que a dívida seja paga dentro das possibilidades de cada país. Nós vemos aí três decisões que são decisões de governo e não exclusivamente da área financeira. E decisões de governo importam em decisões políticas. E essas decisões políticas têm sua influência em relação à dívida externa.

Agência EFE (Espanha):

Senhor Presidente, a luta pela instalação e fortalecimento da democracia na América Latina abre a possibilidade de que se estruture uma frente democrática na região. Qual é a posição do Brasil e de seu governo em relação a essa frente, que já foi sugerida por alguns presidentes sul-americanos?

Presidente José Sarney:

Eu acho que a melhor contribuição que nós podemos dar a um continente latino-americano democrático é a contribuição do exemplo. Do exemplo que o Brasil vem dando e está dando nesse momento da sua plenitude democrática.

E eu desejo cada vez mais fortificar os laços de cooperação, de amizade com a América Latina e, nesse sentido mesmo, já se inclui a próxima viagem que farei ao Uruguai, no mês de agosto. Sempre nós todos da América Latina dissemos que éramos povos irmãos. Mas ficamos sempre juntos pelos ombros. Acho que chegou o momento de um amadurecimento de uma política externa dos nossos países em que devemos mais do que fi-

car juntos: devemos entrelaçar as nossas mãos para a solução dos nossos problemas.

Financia! Times (Londres):

Senhor Presidente, qual a atitude que tomará o seu governo em relação aos escândalos econômicos do passado caso seja provado o envolvimento de altos funcionários dos governos passados?

Presidente José Sarney:

Esse é um assunto da justiça brasileira, que, como o Senhor sabe, é um poder independente. Da parte do Governo ela terá sempre toda a cooperação para que possa identificar os responsáveis, como também punilos.

O primeiro ato que tomamos foi justamente criar uma comissão destinada ao estudo de toda a legislação que se refere a administradores financeiros. Verifico e todos nós verificamos que no Brasil é bastante falha. Queremos que ela se torne efetiva e que sejam punidos todos aqueles que tenham abusado da administração de entidades financeiras.

Diário Excelsior (México):

Senhor Presidente, qual é a sua opinião sobre a situação na América Central e a possibilidade de que o Brasil ingresse no grupo de Contadora?

Presidente José Sarney:

O problema da América Central é um caso que vem preocupando a todos os países da América. Nós compreendemos perfeitamente que as tensões que ali se verificam são antagonismos que vêm desde a posse da terra, à legitimidade das representações políticas e à dependência externa. O Brasil tem apoiado firmemente os esforços de Contadora no sentido de termos uma solução pacífica através da negociação para o que ocorre atualmente na Nicarágua. E nós achamos que o Governo brasileiro tem essa posição de que a ação do Grupo de Contadora tem se desenvolvido como pode, dentro das circunstâncias. E que não acrescentaria nada a nossa participação agora depois de esse Grupo funcionar há tanto tempo, que nós participássemos já depois de bastante desenvolvidas as providências de Contadora. Nós achamos que é muito mais importante o nosso apoio político a Contadora. Que examinemos firmemente alguns projetos concretos sobre as soluções do que realmente participarmos do Grupo de Contadora.

Essa tem sido a posição brasileira e neste momento mesmo o nosso Ministro das Relações Exteriores, em contatos com Ministros das Relações Exteriores da América Latina, tem reiterado essa posição do Brasil. Nós estamos até dispostos a examinar algumas providências mais concretas, mais objetivas para ajudar Contadora a cumprir com a sua missão.

New York Times:

Com todas as indicações de ruptura da Aliança Democrática, quem sabe até o seu calapso, Senhor Presi-

dente, o Senhor está preocupado com a perda de poder político ao seu governo e continua firme em sua intenção de ficar quatro anos no poder?

Presidente José Sarney:

A Aliança Democrática não tem qualquer sinal de ruptura. Eu acho que devemos consolidar a Aliança Democrática cada vez mais, e ela está num processo de consolidação. Nestes primeiros meses, dentro do Congresso Nacional, nós teremos naturalmente que enfrentar alguns ajustamentos das nossas forças. Mas, se fizermos um balanço, verificaremos que a Aliança Democrática termina este primeiro semestre de ação legislativa muito mais consolidada do que começou. E, segundo mensagem que mandei ao Congresso Nacional, as eleições diretas foram restauradas e o período do meu mandato será determinado pela Assembléia Nacional Constituinte, que será representativa do povo brasileiro para tomar essa decisão.

Agência Japonesa:

Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre cooperação econômica, considerando os países desenvolvidos e também o Japão, principalmente com relação a grandes projetos, como Carajás e outros.

Presidente José Sarney:

Nossas relações com o Japão neste instante são as melhores possíveis e em matéria de cooperação economi-

ca os nossos projetos se desenvolvem em absoluta normalidade e o Japão está tendo uma colaboração em relação a Carajás, não somente no que se refere à construção como também às possibilidades de comercialização do minério ali produzido.

AP (Estados Unidos):

Presidente, qual é o papel dos militares no seu governo e por que eles ainda têm uma influência que pode ser considerada excessiva dentro de um governo civil democrático?

Presidente José Sarney:

A posição dos militares no meu governo é a posição que eles têm em face da Constituição. São forças destinadas a manter a ordem e as instituições. Eu acho que eles estão tendo a função constitucional, não tendo nenhuma influência nem maior nem menor do que aquela destinação histórica e constitucional que nós temos no País. Um país regulado por uma Lei Fundamental.

AP (Agência Angola Press):

Como o Senhor sabe seguramente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou recentemente, no dia 21 de junho, a sua Resolução 566, na qual exorta os membros da ONU a exercerem sanções voluntárias contra a África do Sul. Sanções voluntárias essas que englobariam a revisão das ligações aéreas, a cessação de novos investimentos, a cessação das relações desportivas,

etc. Portanto qual é a disposição do Brasil, neste momento face a essa resolução recentemente aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas? Está o Brasil na disposição de aplicar essa Resolução que pede sanções voluntárias de todas as nações contra a África do Sul?

Presidente José Sarney:

Eu acho que a nossa posição em relação ao *apartheid*, que é o caso fundamental da África do Sul, é bem clara. O Brasil acha que a política do *apartheid* é realmente uma política desumana e contra a própria Humanidade. Neste sentido o País tem sido de extrema coerência na manifestação da sua condenação à política do *apartheid*.

E ao mesmo tempo nós temos apoiado firmemente todos os países africanos no sentido da condenação África do Sul sobre essa posição no que se refere ao *apartheid*. Agora mesmo o Governo brasileiro teve oportunidade de manifestar a sua estranheza pelo visto que foi negado à visita pastoral que deveria fazer à África do Sul o Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns. E por outro lado nós temos apoiado também firmemente a Namíbia, de maneira que, quanto à África do Sul, não há da parte do País qualquer vacilação no sentido da condenação da política racial sul-africana.

AP (Latin America Daily Post):

Na sua primeira entrevista coletiva, referindo-se à dívida externa o Senhor mencionou o risco político,

além do risco econômico. Qual o significado desse risco político no contexto internacional?

Presidente José Sarney:

Eu acho que esse é o ponto mais delicado da dívida externa. Em relação ao Brasil eu vou repetir: eu acho que a dívida externa não é um risco econômico. O País tem grandes potencialidades e o desejo de honrar sempre como um grande país os seus compromissos. Mas desde o momento em que a dívida externa seja um entrave ao desenvolvimento econômico, que ela seja uma causa de desemprego, que ela seja uma causa de manutenção de salários baixos para que o País possa ter competitividade internacional em economia voltada para a exportação, naturalmente que ela pode se transformar num grande risco social. Porque pode provocar convulsões sociais que são absolutamente incontroláveis e que fogem às nossas decisões e que fogem às nossas esperanças de um país que deseja ter instituições democráticas bastante consolidadas.

AP (Jornal de Zurique):

Senhor Presidente, no caso de o reordenamento econômico atual brasileiro não dar certo, o Governo considerará a possibilidade de uma solução à Argentina, quer dizer, tratamento de choque?

Presidente José Sarney:

Cada país tem a sua peculiaridade, a situação do Brasil, é a situação do Brasil. Nós estamos tendo saldos

comerciais, estamos com uma balança com o comércio exterior bastante dinâmica. Ao mesmo tempo nosso objetivo e os indicadores econômicos mostram que há uma retomada do desenvolvimento econômico. Nosso objetivo é crescer neste ano 5% (cinco por cento) e, possivelmente a partir do próximo ano, crescermos com taxas um pouco mais elevadas sem correr o risco de taxas que possam também jogar num processo maior inflacionário e eu não tenho nenhum pessimismo de que não dêem absolutamente certo as providências que estamos tomando e executando em matéria da política econômica do País. Assim, eu acho que não vamos ter oportunidade de ter tratamento de choque. Nós acreditamos que o tratamento gradual está tendo efeitos.

Quando assumimos o governo, sabemos todos que a perspectiva de inflação em relação ao Brasil era de 400% (quatrocentos por cento) ou 500% (quinhentos por cento), e nenhuma empresa multinacional não trabalhava em seus orçamentos se não com uma inflação brasileira da ordem de 500% (quinhentos por cento). Entretanto essa perspectiva inflacionária reverteu-se e nós vamos firmemente mantê-la, cada vez caindo mais. Não é o exemplo brasileiro, portanto nós não podemos comparar com o exemplo de outros países que tomaram medidas extremas com uma inflação da ordem de mais de 1000% (mil por cento).

AP (*London Daily Express*):

Senhor Presidente, nos últimos 25 anos foi descoberto que os criminosos nazistas viveram no Brasil. Es-

sas pessoas foram responsáveis pela morte de mais de 2 milhões de civis durante a guerra mundial, mas viveram aqui. O que o Governo pretende fazer contra essas forças antidemocráticas?

Presidente José Sarney:

Esse é um caso de polícia que naturalmente deve ser endereçado à área respectiva de São Paulo e é lamentável que tenhamos ainda hoje no Mundo manifestações dessa natureza. No caso do Brasil, eu, como Presidente do Brasil, lamento profundamente que tenhamos tido, em nosso País, sem que nenhum de nós soubéssemos, porque, se soubéssemos, aqui naturalmente não ficaria um homem que prestou tanto mal à Humanidade. E nós esperamos que já que tivemos o desconforto de tê-lo em vida, que não tenhamos os seus ossos.

AP (Jornal de Milão):

Senhor Presidente, o Brasil está a caminho da democracia, mas continua com uma legislação sindical inspirada na do facismo italiano. Esta situação vai mudar? E o Senhor é favorável a sindicatos livres ou ligados ao Estado?

Presidente José Sarney:

É um compromisso da Aliança Democrática, que consta no seu programa a autonomia sindical, a liberdade sindical. Uma das primeiras providências tomadas pelo Governo foi justamente suspender as limitações exis-

tentes da lei em relação a líderes sindicais que tivessem sido punidos. Assim eles foram anistiados. E nós estamos mandando justamente ao Congresso, no próximo semestre, uma reforma da lei de greve e também alguns projetos no que se refere à liberalização em relação ao problema sindical.

AP:

Os sindicatos continuarão ligados ao Ministério do Trabalho?

Presidente José Sarney:

Essa é uma decisão a ser tomada pela Assembléia Nacional Constituinte e também terá que ser discutida com os próprios trabalhadores. Na última vez em que estivemos juntos e discutindo com todos os presidentes das grandes confederações sindicais de trabalhadores do Brasil, nós reafirmamos o compromisso da liberdade e autonomia sindical e houve uma certa divergência quanto à manutenção ou não em relação aos fundos do imposto sindical a serem arrecadados e repassados pelo Estado. Mas eu acredito essa é uma decisão a ser tomada pelos trabalhadores se eles desejam qualquer vínculo ou nenhum vínculo com o Ministério do Trabalho. De nossa parte, o cumprimento do compromisso da Aliança Democrática é da liberdade e autonomia sindical.

AP (ANSA):

Através de um programa nuclear paralelo ou sigiloso, o Brasil estaria desenvolvendo tecnologia para fazer

bomba atômica. A Argentina também. Não seria o caso de sérias negociações de estadistas entre ambos países para abrir mão do aproveitamento não pacífico de energia nuclear, evitando enormes gastos improdutivo e impedindo a possibilidade de novas aventuras militares internas ou externas?

Presidente José Sarney:

Nós não acreditamos que a Argentina tenha o desejo de fabricação de bomba atômica. De nossa parte também nós não temos nenhum programa nesse sentido. O nosso interesse por dominar a tecnologia do átomo, se refere exclusivamente a sua utilização pacífica. Como todos nós sabemos, o Brasil é um país que não é rico de combustíveis fósseis. Nós temos necessidade de ter acesso à tecnologia do átomo, de modo que possamos ter no terreno da energia, sobretudo e fundamentalmente, neste, uma posição que possa colocar as nossas áreas mais industrializadas não dependentes a curto prazo em matéria de energia. Somos signatários do Tratado de TLATELOLCO no qual o Brasil se compromete à desnuclearização da América Latina. Nós não queremos de nenhuma maneira que a América Latina seja envolvida em qualquer tipo de armamento nuclear. É uma posição que temos decidida e que será mantida. A América Latina tem talvez esse privilégio, hoje, de ser a única parte do Mundo que ainda está preservada da existência de arsenais nucleares. E nós desejamos que ela seja permanentemente assim.

AP (Jornal de Israel):

A cooperação técnica entre Brasil e Israel iniciada há mais de 20 anos certamente beneficiou o Nordeste. Mas essa cooperação terminou em 1978. Não acha que seria oportuno renovar o acordo cooperação técnica com Israel?

Presidente José Sarney:

Nós estamos absolutamente abertos a examinar através do Ministério das Relações Exteriores qualquer proposta ou desejo de cooperação técnica em relação ao Nordeste e também em relação a qualquer outro setor do nosso País.

AP:

Qual é a política do PROÁLCOOL na Nova República? Se é cogitada a instalação de minidestilarias de álcool em forma de cooperativas? Como vai se acomodar essa implantação em regiões longínquas com a reforma agrária?

Presidente José Sarney:

Eu não vejo qualquer vinculação maior entre a reforma agrária e a implantação de refinarias que possam colidir no programa do PROÁLCOOL. O Plano Nacional de Reforma Agrária se destina justamente a atuar prioritariamente nas áreas de conflito, onde já existe

conflito agrário, que é aquele conflito que diz respeito à dúvida sobre a propriedade da terra, que não diz respeito à invasão uma vez que em face da nossa lei, para repetir, a invasão em face do Código Civil seria esbulho, em face do Código Penal seria crime, e por outro lado também a reforma agrária a ser implantada na área dos latifúndios improdutivos. E confesso que não vislumbro qualquer antagonismo entre a existência de refinarias e o programa da reforma agrária.